



CLIPPING INTERNET
01/10/2019 ATÉ 01/10/2019



INDÍCE

1	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
1.1	BLOG FUXICO DO SERTÃO.....	1
2	CONVÊNIOS	
2.1	SITE PORTAL GUIGUI.....	2
3	DECISÕES	
3.1	BLOG LUÍS CARDOSO.....	3
3.2	SITE MA 10.....	4
3.3	SITE SUA CIDADE.....	5
4	POSSE	
4.1	BLOG DO MINARD.....	6
5	PROCESSO SELETIVO	
5.1	BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	7
5.2	SITE ICURURUPU.....	8
5.3	SITE MA 10.....	9
5.4	SITE MARANHÃO HOJE.....	10
5.5	SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	11
5.6	SITE O ITAQUI.....	12
5.7	SITE PORTAL JG.....	13
5.8	SITE TV GUARÁ.COM.....	14
6	SERVIDOR PÚBLICO	
6.1	BLOG JORGE VIEIRA.....	15
6.2	BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	16

Presidente do TJMA empossa juízes titularizados, promovidos e removidos

Publicado em 30 de setembro de 2019 às 20:10 | Comentar

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, acompanhado pelo vice-presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo, empossou, nesta segunda-feira (30), os juízes Karlos Alberto Ribeiro Mota (titular da Comarca de Icatu), promovido para a Comarca de Brejo - de entrância intermediária e Francisco Bezerra Simões (titular da Comarca de São Vicente Ferrer), removido para a Comarca de Riachão, ambas de entrância inicial. A promoção e a remoção, pelo critério de antiguidade, foram aprovadas na Sessão Plenária Administrativa Ordinária do dia 18 de setembro deste ano.

Na solenidade - realizada no Gabinete da Presidência do TJMA - foram oficialmente instaladas as duas Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha de São Luís, criadas pela Lei Complementar nº 216, de 19 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado, do dia 19.07.19.

TITULARIZAÇÃO - Silvio Suzart dos Santos, Ernesto Guimarães Alves e Andréa Cysne Frota Maia foram titularizados - respectivamente - no 1º cargo de juiz de Direito, 2º cargo e 3º da 1ª Turma Recursal Permanente do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís.

Manoel Aureliano Ferreira Neto, Cristiana de Sousa Ferraz Leite e Talvick Afonso Atta de Freitas, foram titularizados - respectivamente - no 1º cargo de juiz de Direito, 2º cargo e 3º da 2ª Turma Recursal Permanente do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís.

Durante a solenidade, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, desejou sucesso aos magistrados empossados e pregou a união de todos diante dos desafios enfrentados pela magistratura. "Os juízes maranhenses são profissionais valorosos que lutam todos os dias pelo bom desempenho do Judiciário", assinalou.

O vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo falou que as Turmas Recursais são os espelho popular da Justiça, sendo necessário que seus membros continuem mantendo uma mentalidade desburocratizada e conciliatória com o intuito de servir a população.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Angelo Santos, desejou sucesso aos colegas que assumiram as funções nas Turmas Recursais.

O juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto, titularizado 2ª Turma Recursal Permanente do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, falou em nome dos juízes titularizados e ressaltou a importância das mesmas para a cidadania.

Os Termos de Compromisso e Posse, foram lidos pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

Participaram da cerimônia os juízes André Bogéa e Cristiano Simas (auxiliares da Presidência do TJMA), Raimundo Bogéa (auxiliar da Corregedoria), João Francisco Gonçalves Rocha (coordenador do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais), entre outros magistrados e familiares.

CONCURSO: Mais de 50 mil inscritos comparecem às provas do concurso do TJMA

Sem intercorrências e dentro das expectativas, as provas do Concurso de Servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão 2019 ocorreram nesse domingo (29), em três cidades maranhenses: São Luís, Caxias e Imperatriz. Dos 65.221 inscritos, 52.465 compareceram, o que representa 80,4%.

Foram realizadas durante a manhã as provas dos cargos de Técnico Judiciário; e pela tarde dos cargos de Analista Judiciário e Oficial de Justiça. De acordo com os dados da Comissão de Concurso, em São Luís fizeram as provas 31.634, em Caxias, 10.339, e em Imperatriz, 10.492. As estatísticas por turno divulgadas foram:

MANHÃ

São Luís

Inscritos: 28.359

Ausentes: 5.388 (19%)

Presentes: 22.971 (81%)

Caxias

Inscritos: 8.706

Ausentes: 2.054 (23,59%)

Presentes: 6.652 (76,41%)

Imperatriz

Inscritos: 9.007

Ausentes: 1.762 (19,56%)

Presentes: 7.245 (80,44%)

TARDE

São Luís

Inscritos: 10.528

Ausentes: 1.865 (17,71%)

Presentes: 8.663 (82,29%)

Caxias

Inscritos: 4.715

Ausentes: 1.028 (21,80%)

Presentes: 3.687 (78,20%)

Imperatriz

Inscritos: 3.906

Ausentes: 659 (16,87%)

Presentes: 3.247 (83,13%)

CARGOS – Estão sendo oferecidas 63 vagas e formação de cadastro de reserva em nível médio e superior. Os cargos ofertados são: Analista Judiciário (Analista de Sistemas – Desenvolvimento, Analista de Sistemas – Suporte e Rede, Engenheiro Mecânico, Direito, Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra), Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo, Técnico em Informática – Hardware, Técnico em Informática – Software, Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações).

Os vencimentos iniciais dos cargos são: R\$ 8.230,35 para analista judiciário; R\$ 6.883,85 para oficial de justiça, R\$ 3.927,72 para técnico judiciário. Além desse valor, os servidores do Judiciário do Maranhão têm direito ao auxílio-alimentação, atualmente no valor R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Os candidatos inscritos estão convocados a enviarem os títulos e os respectivos documentos comprobatórios, conforme especificações do Capítulo 12 do Edital de Abertura de Inscrições, no período de 09 a 11/10/2019, e somente serão avaliados os títulos dos candidatos habilitados na Prova Discursiva - Estudo de Caso e na Prova Discursiva - Redação, conforme Capítulos 10 e 11, do referido Edital.

Todas as informações oficiais sobre o concurso estão sendo publicadas no site da instituição realizadora do concurso, Fundação Carlos Chagas - www.concursosfcc.com.br.

SOLUÇÃO DE CONFLITOS | Prefeito de Loreto assume compromisso de criar posto de conciliação

Passagem do projeto Conciliação Itinerante pelo município registra muitos pedidos de investigação de paternidade por exame de DNA.

A passagem do projeto Conciliação Itinerante pela Comarca de Loreto, a 738 km de São Luís, despertou o interesse de muita gente na criação de um posto que preste os mesmos tipos de serviços no município, durante a abertura da 3ª etapa do projeto, que tem a parceria da Defensoria Pública do Estado.

Depois de acompanharem de perto o trabalho do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (Nupemec/TJMA), nessa segunda-feira (30), o prefeito Marcos Franco Bringel e a secretária de Assistência Social, Maria do Socorro Bringel, ficaram entusiasmados com a ideia.

O prefeito assumiu o compromisso: “Nós vamos, sim, se Deus quiser, inaugurar esse espaço, para que a gente possa ajudar ainda mais as pessoas de Loreto”. A secretária ficou satisfeita com a decisão. “Esse atendimento é muito importante para a nossa demanda, principalmente para fortalecimento dos vínculos das nossas famílias carentes”, completou.

Para o juiz coordenador do Nupemec, Alexandre Abreu, quanto mais pessoas engajadas na solução de conflitos, melhor para a comunidade e para quem presta os serviços. “As pessoas que passam por esse processo, por esse trabalho, elas se transformam, elas se tornam proativas”, avalia o magistrado.

A ideia local surgiu de uma exposição de benefícios da conciliação, feita pelo juiz, inicialmente em reunião com a secretária e com técnicas que trabalham na área de assistência social. Imediatamente, Maria dos Socorro pediu que o prefeito participasse do encontro e obteve dele o aval para a criação do posto.

O entusiasmo de uma pequena reunião evoluiu para outra mais ampla, à tarde, com participação do prefeito, da secretária, do juiz da Comarca, Alexandre Sabino Meira, do defensor público Germano Coelho, de outros secretários municipais, mais técnicos e coordenadores de órgãos, além de lideranças comunitárias.

50 MIL SOLUÇÕES - O juiz Alexandre Abreu falou das vantagens e da experiência de sucesso, não apenas com o projeto Conciliação Itinerante, mas também com outros projetos, como o Balcão de Renegociação de Dívidas. “Nós já tivemos, aqui no Maranhão, mais de 50 mil soluções de conflitos apenas com a conversa”, revelou, mostrando a importância da conciliação.

Após o encontro, o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos fez um convite para que todos conhecessem mais de perto o projeto. O juiz Alexandre Meira comemorou a possibilidade de um posto de conciliação no local.

A Comarca de Loreto tem, aproximadamente, 1.300 processos em tramitação, sendo cerca 650 pendentes de julgamento, segundo o juiz. “Muita demanda possessória, de demarcação de terras, ações de alimentos e paternidade”, citou.

DNA - Foi, justamente, o número de coletas para exame de DNA que impressionou o defensor público Germano Coelho. Foram dez, ao todo. “Eu tô assistindo aqui e presenciando esse trabalho de DNA, que é uma coisa muito distante ainda na cidade pequena, distante das capitais, os preços, e o TJ está, nesse trabalho em parceria com a Defensoria, facilitando”, observou.

Que o diga a mãe de uma garota, que já havia convencido dois ex-companheiros a fazerem o exame para investigação de paternidade. Nos dois casos anteriores, ambos pagos, o resultado deu negativo. Dessa vez, ela levou mais dois supostos pais - e foi de graça a coleta. “Agora tá mais fácil, por isso que eu já aproveitei e trouxe logo os dois. Dessa vez sai o pai”, sorriu.

Outra mãe, adolescente, precisava de um documento que a autorizasse a fazer o exame de DNA, ao lado do suposto pai do bebê. Foi quando a equipe da Conciliação a orientou, e ela conseguiu uma foto do documento, enviada pela avó, pelo aplicativo Whatsapp. O suposto pai da criança também gostou da solução. “Não tinha dinheiro para pagar para fazer e tivemos a oportunidade aqui”, disse.

Com uma alegria incontida, saiu um convicto pai, que foi fazer o exame, apesar de ter certeza de que o filho é dele. “Quando eu era junto com ela, aí ela foi embora grávida. Quando ela ganhou o menino lá, o rapaz registrou em nome dele. Aí eu tô aqui pra corrigir esse errinho e botar no meu nome”, vibrou.

PRÓXIMAS PARADAS - A iniciativa, que oferece a solução de conflitos de forma ágil e descentralizada à população, atenderá, ainda nesta semana, as comarcas de Mirador (nesta terça, 1º/10), Paraibano (2), São João dos Patos (3) e Buriti Bravo (4). O Nupemec é presidido pelo desembargador José Luiz Almeida.

As sessões de conciliação estão sendo conduzidas pelos conciliadores Rodrigo Silva, Danielle Guedes e Guilherme Freire, capacitados para atuação na solução de conflitos, além do próprio juiz coordenador, Alexandre Abreu, da coordenadora Ana Larissa Serra e da secretária do 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), Jacy Beckman.

SERVIÇOS - Durante a programação, em cada cidade, diversos serviços serão oferecidos durante o projeto “Conciliação Itinerante” aos jurisdicionados: renegociação de dívidas, divórcio, pensão alimentícia, coleta de DNA para investigação de paternidade, guarda, dentre outras demandas relacionadas a direito do consumidor, família e problemas de vizinhança.

Os cidadãos interessados em resolver demandas processuais (com ação judicial em trâmite) ou pré-processuais (sem ação judicial) devem se dirigir ao local do evento, onde serão recebidos por equipes de servidores da Justiça e da Defensoria Pública, em unidades móveis. As sessões serão conduzidas por conciliadores devidamente capacitados para atuarem na solução de conflitos.

COMO PARTICIPAR - Para participar da sessão de conciliação durante o projeto, o jurisdicionado ou a parte deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel, certidão de casamento etc.).

A equipe coordenadora informa que, caso as partes envolvidas já estejam predispostas a participar da sessão de conciliação, podem se apresentar, sem agendamento prévio, no dia do evento.

Além dos parceiros já conveniados com o TJMA, outras empresas e entidades que tiverem interesse em participar do projeto Conciliação Itinerante podem solicitar sua inserção por meio do Nupemec (conciliar@tjma.jus.br).

LOCAIS DE ATENDIMENTO

O projeto “Conciliação Itinerante” prosseguirá das 8h às 17h, nos seguintes locais: Mirador (nesta terça-feira, 1º/10), na Praça São Bento, próximo à Igreja Matriz; Paraibano (2/10), na Praça da Avenida João Paraibano, próximo à Igreja Matriz; São João dos Patos (3/10), na Praça Getúlio Vargas; Buriti Bravo (4/10), em frente ao Fórum Regino Antônio de Carvalho.

MAIS INFORMAÇÕES: Telejudiciário (0800 707 1581/ (98) 3194.5555); Coordenação do Nupemec - (98) 3198.4558; Conciliação Itinerante - (98) 98437-6548

SANCIONADA LEI DE AUTORIA DE RUBENS JR QUE ALTERA CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS DA OAB

É de autoria do deputado federal licenciado e secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Rubens Pereira Júnior, a Lei 13.875/19, que muda o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e altera o tempo de exercício da profissão para participação nas eleições dos membros dos órgãos da OAB.

Sancionada no dia 20 de setembro, a Lei reduz de cinco para três anos o tempo de exercício profissional necessário para que advogados se candidatem aos cargos de conselheiro seccional e das subseções da OAB. “Consideramos um enorme avanço, já que os cargos de conselheiros estão entre os principais cargos administrativos”, destacou Rubens.

Rubens Júnior reconhece que esta cláusula de barreira é em parte benéfica, já que, obviamente, o advogado incorporado à Ordem precisa estar a par de toda parte operacional e funcionamento de seu Conselho Profissional antes que queira assumir um importante cargo. “Porém sempre estivemos certos que o prazo anteriormente para que possa se candidatar é irrazoável, sendo o lapso de três anos mais condizente com a realidade”, defendeu o deputado federal licenciado.

Segundo afirmou o advogado Carlos Brissac, a OAB, que tem entre suas finalidades a defesa da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, não pode estar em descompasso com a representatividade do seu próprio sistema eletivo, uma Instituição na qual quase 50% dos seus inscritos têm menos de cinco anos de profissão.

“Esta é uma batalha de quase uma década. Tive, juntamente com bravos jovens advogados maranhenses, a oportunidade de trabalhar por isso diretamente em 2012, quando assinamos a ‘Carta de Barreirinhas’, na qual requeremos celeridade no trâmite legislativo para a aprovação da queda parcial da Cláusula de Barreira”, declarou Brissac, ao mesmo tempo que agradeceu ao atual secretário das Cidades, Rubens Jr, que é autor do Projeto de Lei 9660/2018, que se transformou na Lei 13.875/2019.

Atuação de Rubens Jr - Rubens Pereira Júnior, 35 anos, é advogado, formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP).

Iniciou a carreira como Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foi deputado Estadual no Maranhão por dois mandatos, nos períodos de 2006 a 2014. Em 2014, foi eleito deputado federal. Em 2018 foi reeleito para mais um mandato na Câmara Federal com 111.584 votos. Foi o candidato mais bem votado entre os reeleitos, e o 5º com maior votação em todo o estado.

No início de 2019 se licenciou do cargo de deputado para assumir a Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (Secid) e conduz importantes iniciativas do Governo Flávio Dino, como os programas de Regularização Fundiária, Cheque Minha Casa; Nosso Centro, de revitalização da região central de São Luís; construção de 1.700 unidades habitacionais; PAC Ponta do São Francisco (na capital); urbanização da Avenida Jackson Lago; além reformas de mercados, entre outros.

“Já fomos devidamente testados no poder legislativo. Foram dois mandatos como deputado estadual, onde fui presidente da CCJ e líder da oposição. Agora no mandato de deputado federal, tive uma boa atuação, inclusive entre os deputados reeleitos, tive a maior votação. E agora, neste quarto mandato, chegou o momento de ser testado em uma outra posição. No Governo do Maranhão, estamos trabalhando com a mesma seriedade. Esta é uma das marcas de todos os nossos mandatos”, finalizou Rubens Jr.

Ex-prefeita é condenada por improbidade administrativa no Maranhão

Com base em uma Ação Civil Pública (ACP) proposta, em fevereiro de 2016, pelo Ministério Público do Maranhão, a Justiça condenou Marinalva Madeiro Nepomucena Sobrinho, ex-prefeita de Tufilândia, por improbidade administrativa. A sentença é de 5 de junho deste ano mas só foi comunicada à Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim (da qual Tufilândia é termo judiciário) em 26 de setembro.

A ACP baseia-se em irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) na prestação de contas do exercício financeiro de 2007 do Município de Tufilândia. As contas, de responsabilidade de Marinalva Nepomucena, foram desaprovadas pelo TCE.

Entre as irregularidades apontadas está o repasse de recursos à Câmara Municipal em percentual superior ao que determina a Constituição Federal. Os R\$ 8.395,78 repassados correspondem a 8,25% da receita tributária do Município, quando o limite legal seria de 8%.

Também foi questionado pelo Ministério Público do Maranhão o fato de a prestação de contas ter sido elaborada e assinada por técnica de contabilidade que não faz parte dos quadros da administração municipal e contratada como consultora técnica sem a prévia realização de licitação.

“A realização de despesas públicas sem procedimento licitatório inviabilizou a competição isonômica para a seleção das propostas mais vantajosas para a administração pública, tendo por consequência a ocorrência de gastos indevidos. Por fim, tais condutas, além de causarem notório dano ao erário, violaram os deveres de honestidade, probidade, imparcialidade, legalidade e isonomia”, observou, na ação, o promotor Cláudio Borges dos Santos.

O terceiro problema apontado foi o não encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Tribunal de Contas, não havendo sequer informações sobre as suas publicações.

Marinalva Madeiro Nepomucena Sobrinho foi condenada a ressarcir R\$ 8,395,78 aos cofres municipais, acrescidos de correção monetária e juros de 1% ao mês, contados desde dezembro de 2007 até o efetivo pagamento. A ex-gestora deverá pagar multa do mesmo valor, também sujeito a atualizações.

A sentença também suspendeu os direitos políticos da ex-prefeita por cinco anos e a proibiu de contratar ou receber benefícios do Poder Público, mesmo que por meio de empresa da qual seja sócia majoritária, pelo mesmo período.

Sancionada Lei de autoria de Rubens Jr que altera critérios para participação nas eleições de membros dos órgãos da OAB

É de autoria do deputado federal licenciado e secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Rubens Pereira Júnior, a Lei 13.875/19, que muda o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e altera o tempo de exercício da profissão para participação nas eleições dos membros dos órgãos da OAB.

Sancionada no dia 20 de setembro, a Lei reduz de cinco para três anos o tempo de exercício profissional necessário para que advogados se candidatem aos cargos de conselheiro seccional e das subseções da OAB. "Consideramos um enorme avanço, já que os cargos de conselheiros estão entre os principais cargos administrativos", destacou Rubens.

Rubens Júnior reconhece que esta cláusula de barreira é em parte benéfica, já que, obviamente, o advogado incorporado à Ordem precisa estar a par de toda parte operacional e funcionamento de seu Conselho Profissional antes que queira assumir um importante cargo. "Porém sempre estivemos certos que o prazo anteriormente para que possa se candidatar é irrazoável, sendo o lapso de três anos mais condizente com a realidade", defendeu o deputado federal licenciado.

Segundo afirmou o advogado Carlos Brissac, a OAB, que tem entre suas finalidades a defesa da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, não pode estar em descompasso com a representatividade do seu próprio sistema eletivo, uma Instituição na qual quase 50% dos seus inscritos têm menos de cinco anos de profissão.

"Esta é uma batalha de quase uma década. Tive, juntamente com bravos jovens advogados maranhenses, a oportunidade de trabalhar por isso diretamente em 2012, quando assinamos a 'Carta de Barreirinhas', na qual requeremos celeridade no trâmite legislativo para a aprovação da queda parcial da Cláusula de Barreira", declarou Brissac, ao mesmo tempo que agradeceu ao atual secretário das Cidades, Rubens Jr, que é autor do Projeto de Lei 9660/2018, que se transformou na Lei 13.875/2019.

Atuação de Rubens Pereira Jr

Rubens Pereira Júnior, 35 anos, é advogado, formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP).

Iniciou a carreira como Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foi deputado Estadual no Maranhão por dois mandatos, nos períodos de 2006 a 2014. Em 2014, foi eleito deputado federal. Em 2018 foi reeleito para mais um mandato na Câmara Federal com 111.584 votos. Foi o candidato mais bem votado entre os reeleitos, e o 5º com maior votação em todo o estado.

No início de 2019 se licenciou do cargo de deputado para assumir a Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (Secid) e conduz importantes iniciativas do Governo Flávio Dino, como os programas de Regularização Fundiária, Cheque Minha Casa; Nosso Centro, de revitalização da região central de São Luís; construção de 1.700 unidades habitacionais; PAC Ponta do São Francisco (na capital); urbanização da Avenida

Jackson Lago; além reformas de mercados, entre outros.

"Já fomos devidamente testados no poder legislativo. Foram dois mandatos como deputado estadual, onde fui presidente da CCJ e líder da oposição. Agora no mandato de deputado federal, tive uma boa atuação, inclusive entre os deputados reeleitos, tive a maior votação. E agora, neste quarto mandato, chegou o momento de ser testado em uma outra posição. No Governo do Maranhão, estamos trabalhando com a mesma seriedade. Esta é uma das marcas de todos os nossos mandatos", finalizou Rubens Jr.

Gabarito do concurso do Tribunal de Justiça do Maranhão é divulgado; confira

A Fundação Carlos Chagas, instituição realizadora do Concurso para ingresso de Servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão 2019, divulgou nesta segunda-feira (30) os gabaritos e questões das provas objetivas realizadas nesse domingo (29), nas cidades de São Luís, Caxias e Imperatriz. Eles podem ser consultados na área do concurso do TJMA, no site da Fundação.

Estão sendo oferecidas 63 vagas e formação de cadastro de reserva em nível médio e superior. Os cargos ofertados são: Analista Judiciário (Analista de Sistemas - Desenvolvimento, Analista de Sistemas - Suporte e Rede, Engenheiro Mecânico, Direito, Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra), Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo, Técnico em Informática - Hardware, Técnico em Informática - Software, Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações).

Os vencimentos iniciais dos cargos são: R\$ 8.230,35 para analista judiciário; R\$ 6.883,85 para oficial de justiça, R\$ 3.927,72 para técnico judiciário. Além desse valor, os servidores do Judiciário do Maranhão têm direito ao auxílio-alimentação, atualmente no valor R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Os candidatos inscritos estão convocados a enviarem os títulos e os respectivos documentos comprobatórios, conforme especificações do Capítulo 12 do Edital de Abertura de Inscrições, no período de 09 a 11/10/2019, e somente serão avaliados os títulos dos candidatos habilitados na Prova Discursiva - Estudo de Caso e na Prova Discursiva - Redação, conforme Capítulos 10 e 11, do referido Edital.

Todas as informações oficiais sobre o concurso estão sendo publicadas no site da instituição realizadora do concurso, Fundação Carlos Chagas - www.concursosfcc.com.br.

Após 2 anos, prédio 'Balança, mas não cai' começa a ser demolido

Construído no início da década de 90, um prédio localizado no bairro do São Francisco, e conhecido popularmente como "Balança mais não cai", depois de 27 anos começou a ser demolido. O processo está sendo realizado manualmente, para garantir a segurança dos moradores e de comerciantes da área.

A demolição deve ser concluída em até 120 dias. O prédio foi abandonado dois anos depois de sua construção, após a empresa responsável pela obra decretar falência. Os 7 andares foram ocupados por duas vezes por moradores irregulares. O processo de demolição do prédio já se arrastava há mais de 27 anos. Duas ações judiciais foram movidas para desocupar e demolir a estrutura. A decisão final da justiça foi de janeiro deste ano.

De acordo com Secretaria de Habitação e Urbanismo do município, o processo foi demorado porque não existia mais o projeto original do prédio. Recentemente, a justiça foi procurada por um suposto dono do imóvel. A questão vai mais uma vez pra justiça, já que quem está demolindo o prédio é a prefeitura, o custo seria de meio milhão de reais.

Mais de 50 mil inscritos comparecem às provas do concurso do TJMA

Mais de 65 mil pessoas participaram neste fim de semana da prova do Tribunal de Justiça do Maranhão. Estão sendo oferecidas 63 vagas, além da formação de cadastro de reserva em nível médio e superior. Dos 65.221 inscritos, 52.465 compareceram, o que representa 80,4%.

Devido à demanda, os portões abriram 20 minutos mais cedo. O trânsito, na chegada dos locais de prova, ficou complicado. O exame aconteceu em São Luís, Imperatriz e Caxias, e foi realizada em dois turnos. Pela manhã, para os cargos de técnico judiciário, e à tarde, para analista judiciário e oficial de justiça.

Os cargos ofertados são: Analista Judiciário (Analista de Sistemas - Desenvolvimento, Analista de Sistemas - Suporte e Rede, Engenheiro Mecânico, Direito, Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra), Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo, Técnico em Informática - Hardware, Técnico em Informática - Software, Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações).

Os vencimentos iniciais dos cargos são: R\$ 8.230,35 para analista judiciário; R\$ 6.883,85 para oficial de justiça, R\$ 3.927,72 para técnico judiciário. Além desse valor, os servidores do Judiciário do Maranhão têm direito ao auxílio-alimentação, atualmente no valor R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Mais de 13 mil inscritos não comparecem para o concurso do Tribunal de Justiça

por Aquiles Emir -1 de outubro de 2019

Dentro das expectativas da comissão organizadora, mas com ausência de cerca de 13 mil inscritos, as provas do Concurso de Servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão 2019 ocorreram nesse domingo (29), em três cidades maranhenses: São Luís, Caxias e Imperatriz. Dos 65.221 inscritos, 52.465 compareceram, o que representa 80,4%.

Foram realizadas durante a manhã as provas dos cargos de Técnico Judiciário; e pela tarde dos cargos de Analista Judiciário e Oficial de Justiça. De acordo com os dados da Comissão de Concurso, em São Luís fizeram as provas 31.634, em Caxias, 10.339, e em Imperatriz, 10.492. As estatísticas por turno divulgadas foram:

Manhã:

São Luís

Inscritos: 28.359

Ausentes: 5.388 (19%)

Presentes: 22.971 (81%)

Caxias

Inscritos: 8.706

Ausentes: 2.054 (23,59%)

Presentes: 6.652 (76,41%)

Imperatriz

Inscritos: 9.007

Ausentes: 1.762 (19,56%)

Presentes: 7.245 (80,44%)

Tarde:

São Luís

Inscritos: 10.528

Ausentes: 1.865 (17,71%)

Presentes: 8.663 (82,29%)

Caxias

Inscritos: 4.715

Ausentes: 1.028 (21,80%)

Presentes: 3.687 (78,20%)

Imperatriz

Inscritos: 3.906

Ausentes: 659 (16,87%)

Presentes: 3.247 (83,13%)

Cargos - Estão sendo oferecidas 63 vagas e formação de cadastro de reserva em nível médio e superior. Os cargos ofertados são: Analista Judiciário (Analista de Sistemas - Desenvolvimento, Analista de Sistemas - Suporte e Rede, Engenheiro Mecânico, Direito, Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra), Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo, Técnico em Informática - Hardware, Técnico em Informática - Software, Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações).

Os vencimentos iniciais dos cargos são: R\$ 8.230,35 para analista judiciário; R\$ 6.883,85 para oficial de justiça, R\$ 3.927,72 para técnico judiciário. Além desse valor, os servidores do Judiciário do Maranhão têm direito ao auxílio-alimentação, atualmente no valor R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Os candidatos inscritos estão convocados a enviarem os títulos e os respectivos documentos comprobatórios, conforme especificações do Capítulo 12 do Edital de Abertura de Inscrições, no período de 09 a 11/10/2019, e somente serão avaliados os títulos dos candidatos habilitados na Prova Discursiva - Estudo de Caso e na Prova Discursiva - Redação, conforme Capítulos 10 e 11, do referido Edital.

Todas as informações oficiais sobre o concurso estão sendo publicadas no site da instituição realizadora do concurso, Fundação Carlos Chagas - www.concursosfcc.com.br.

Mais de 50 mil inscritos comparecem às provas do concurso do TJMA

Em São Luís fizeram as provas 31.634, em Caxias, 10.339, e em Imperatriz, 10.492

Sem intercorrências e dentro das expectativas, as provas do Concurso de Servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão 2019 ocorreram nesse domingo (29), em três cidades maranhenses: São Luís, Caxias e Imperatriz. Dos 65.221 inscritos, 52.465 compareceram, o que representa 80,4%.

Foram realizadas durante a manhã as provas dos cargos de Técnico Judiciário; e pela tarde dos cargos de Analista Judiciário e Oficial de Justiça. De acordo com os dados da Comissão de Concurso, em São Luís fizeram as provas 31.634, em Caxias, 10.339, e em Imperatriz, 10.492. As estatísticas por turno divulgadas foram:

MANHÃ

São Luís

Inscritos: 28.359

Ausentes: 5.388 (19%)

Presentes: 22.971 (81%)

Caxias

Inscritos: 8.706

Ausentes: 2.054 (23,59%)

Presentes: 6.652 (76,41%)

Imperatriz

Inscritos: 9.007

Ausentes: 1.762 (19,56%)

Presentes: 7.245 (80,44%)

TARDE

São Luís

Inscritos: 10.528

Ausentes: 1.865 (17,71%)

Presentes: 8.663 (82,29%)

Caxias

Inscritos: 4.715

Ausentes: 1.028 (21,80%)

Presentes: 3.687 (78,20%)

Imperatriz

Inscritos: 3.906

Ausentes: 659 (16,87%)

Presentes: 3.247 (83,13%)

CARGOS - Estão sendo oferecidas 63 vagas e formação de cadastro de reserva em nível médio e superior. Os cargos ofertados são: Analista Judiciário (Analista de Sistemas - Desenvolvimento, Analista de Sistemas - Suporte e Rede, Engenheiro Mecânico, Direito, Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra), Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo, Técnico em Informática - Hardware, Técnico em Informática - Software, Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações).

Os vencimentos iniciais dos cargos são: R\$ 8.230,35 para analista judiciário; R\$ 6.883,85 para oficial de justiça, R\$ 3.927,72 para técnico judiciário. Além desse valor, os servidores do Judiciário do Maranhão têm direito ao auxílio-alimentação, atualmente no valor R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Os candidatos inscritos estão convocados a enviarem os títulos e os respectivos documentos comprobatórios, conforme especificações do edital, no período de 09 a 11/10/2019, e somente serão avaliados os títulos dos candidatos habilitados na Prova Discursiva, Redação.

Todas as informações oficiais sobre o concurso estão sendo publicadas no site da instituição realizadora do concurso, Fundação Carlos Chagas - www.concursosfcc.com.br.

Divulgadas questões e gabaritos das provas do Concurso do TJMA

Fundação Carlos Chagas, instituição realizadora do Concurso para ingresso de Servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão 2019, divulgou nesta segunda-feira (30) os gabaritos e questões das provas objetivas realizadas nesse domingo (29), nas cidades de São Luís, Caxias e Imperatriz. Eles podem ser consultados na área do concurso do TJMA, no site da Fundação.

Estão sendo oferecidas 63 vagas e formação de cadastro de reserva em nível médio e superior. Os cargos ofertados são: Analista Judiciário (Analista de Sistemas - Desenvolvimento, Analista de Sistemas - Suporte e Rede, Engenheiro Mecânico, Direito, Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra), Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo, Técnico em Informática - Hardware, Técnico em Informática - Software, Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações).

Os vencimentos iniciais dos cargos são: R\$ 8.230,35 para analista judiciário; R\$ 6.883,85 para oficial de justiça, R\$ 3.927,72 para técnico judiciário. Além desse valor, os servidores do Judiciário do Maranhão têm direito ao auxílio-alimentação, atualmente no valor R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Os candidatos inscritos estão convocados a enviarem os títulos e os respectivos documentos comprobatórios, conforme especificações do Capítulo 12 do Edital de Abertura de Inscrições, no período de 09 a 11/10/2019, e somente serão avaliados os títulos dos candidatos habilitados na Prova Discursiva - Estudo de Caso e na Prova Discursiva - Redação, conforme Capítulos 10 e 11, do referido Edital.

Todas as informações oficiais sobre o concurso estão sendo publicadas no site da instituição realizadora do concurso, Fundação Carlos Chagas - www.concursosfcc.com.br.

Fonte:Centraldenoticias

Associação dos Criadores prepara o Parque Independência para a Expoema 2019

O Parque Independência, em São Luís, está recebendo os preparativos para sediar a 61ª Expoema - Exposição Agropecuária do Estado do Maranhão, que acontecerá no período de 20 a 27 de outubro, numa realização da Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (ASCEM). O espaço está passando por diversos serviços em sua estrutura, para receber criadores, expositores e visitantes no evento que tradicionalmente recebe milhares de pessoas.

Uma equipe de 115 trabalhadores realiza serviços de pintura, capina, poda de árvores, reparação hidráulica, elétrica e sanitária, retelhamento e carpintaria em todo o Parque Independência. Está sendo revisada toda a estrutura de estábulos, currais, recinto de leilões, área de restaurante, espaço de montagem dos stands e área destinada às atrações culturais.

“Nos dois meses que antecedem a realização da Expoema 2019, trabalhamos para que o Parque Independência esteja em plenas condições físicas para receber criadores, expositores e visitantes. A Associação de Criadores do Estado do Maranhão prepara um grande evento, que pretende produzir conhecimento de forma inovadora, com inclusão social e gerando oportunidades de negócios”, destaca o presidente da ASCEM, Ivaldeci Mendonça.

PROGRAMAÇÃO

A programação da Expoema 2019 incluirá a realização de cursos, palestras, leilões, rodeios, atrações culturais e diversas outras atividades. A intenção dos organizadores é priorizar a produção de conhecimento - em parceria com instituições de ensino, como o Sebrae e o Senar - e a prestação de serviços à comunidade, com o apoio de órgãos públicos, como o Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Eleitoral.

Este ano, uma das atrações da Expoema serão os rodeios, que ocorrerão no período de 24 a 27 de outubro. “Se você não teve a oportunidade de ir a Barretos assistir aos rodeios, nós traremos Barretos para o Parque Independência”, enfatizou o presidente da ASCEM.

Divulgadas questões e gabaritos das provas do Concurso do TJMA 2019

Estão sendo oferecidas 63 vagas e formação de cadastro de reserva em nível médio e superior.

A Fundação Carlos Chagas, instituição realizadora do Concurso para ingresso de Servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão 2019, divulgou nesta segunda-feira (30) os gabaritos e questões das provas objetivas realizadas nesse domingo (29), nas cidades de São Luís, Caxias e Imperatriz. Eles podem ser consultados na área do concurso do TJMA, no site da Fundação.

Estão sendo oferecidas 63 vagas e formação de cadastro de reserva em nível médio e superior. Os cargos ofertados são: Analista Judiciário (Analista de Sistemas - Desenvolvimento, Analista de Sistemas - Suporte e Rede, Engenheiro Mecânico, Direito, Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra), Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo, Técnico em Informática - Hardware, Técnico em Informática - Software, Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações).

Os vencimentos iniciais dos cargos são: R\$ 8.230,35 para analista judiciário; R\$ 6.883,85 para oficial de justiça, R\$ 3.927,72 para técnico judiciário. Além desse valor, os servidores do Judiciário do Maranhão têm direito ao auxílio-alimentação, atualmente no valor R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Os candidatos inscritos estão convocados a enviarem os títulos e os respectivos documentos comprobatórios, conforme especificações do Capítulo 12 do Edital de Abertura de Inscrições, no período de 09 a 11/10/2019, e somente serão avaliados os títulos dos candidatos habilitados na Prova Discursiva - Estudo de Caso e na Prova Discursiva - Redação, conforme Capítulos 10 e 11, do referido Edital.

Todas as informações oficiais sobre o concurso estão sendo publicadas no site da instituição realizadora do concurso, Fundação Carlos Chagas - www.concursosfcc.com.br.

MA: ex-prefeita de Tufilândia é condenada por improbidade administrativa

Com base em uma Ação Civil Pública (ACP) proposta, em fevereiro de 2016, pelo Ministério Público do Maranhão, a Justiça condenou Marinalva Madeiro Nepomucena Sobrinho, ex-prefeita de Tufilândia, por improbidade administrativa.

A sentença é de 5 de junho deste ano mas só foi comunicada à Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim (da qual Tufilândia é termo judiciário) em 26 de setembro.

A ACP baseia-se em irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) na prestação de contas do exercício financeiro de 2007 do Município de Tufilândia. As contas, de responsabilidade de Marinalva Nepomucena, foram desaprovadas pelo TCE.

Entre as irregularidades apontadas está o repasse de recursos à Câmara Municipal em percentual superior ao que determina a Constituição Federal. Os R\$ 8.395,78 repassados correspondem a 8,25% da receita tributária do Município, quando o limite legal seria de 8%.

Também foi questionado pelo Ministério Público do Maranhão o fato de a prestação de contas ter sido elaborada e assinada por técnica de contabilidade que não faz parte dos quadros da administração municipal e contratada como consultora técnica sem a prévia realização de licitação.

“A realização de despesas públicas sem procedimento licitatório inviabilizou a competição isonômica para a seleção das propostas mais vantajosas para a administração pública, tendo por consequência a ocorrência de gastos indevidos. Por fim, tais condutas, além de causarem notório dano ao erário, violaram os deveres de honestidade, probidade, imparcialidade, legalidade e isonomia”, observou, na ação, o promotor Cláudio Borges dos Santos.

O terceiro problema apontado foi o não encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Tribunal de Contas, não havendo sequer informações sobre as suas publicações.

Marinalva Madeiro Nepomucena Sobrinho foi condenada a ressarcir R\$ 8,395,78 aos cofres municipais, acrescidos de correção monetária e juros de 1% ao mês, contados desde dezembro de 2007 até o efetivo pagamento. A ex-gestora deverá pagar multa do mesmo valor, também sujeito a atualizações.

A sentença também suspendeu os direitos políticos da ex-prefeita por cinco anos e a proibiu de contratar ou receber benefícios do Poder Público, mesmo que por meio de empresa da qual seja sócia majoritária, pelo mesmo período.

Divulgadas questões e gabaritos das provas do Concurso do TJMA 2019

A Fundação Carlos Chagas, instituição realizadora do Concurso para ingresso de Servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão 2019, divulgou nesta segunda-feira (30) os gabaritos e questões das provas objetivas realizadas nesse domingo (29), nas cidades de São Luís, Caxias e Imperatriz. Eles podem ser consultados na área do concurso do TJMA, no site da Fundação.

Estão sendo oferecidas 63 vagas e formação de cadastro de reserva em nível médio e superior. Os cargos ofertados são: Analista Judiciário (Analista de Sistemas - Desenvolvimento, Analista de Sistemas - Suporte e Rede, Engenheiro Mecânico, Direito, Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra), Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo, Técnico em Informática - Hardware, Técnico em Informática - Software, Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações).

Os vencimentos iniciais dos cargos são: R\$ 8.230,35 para analista judiciário; R\$ 6.883,85 para oficial de justiça, R\$ 3.927,72 para técnico judiciário. Além desse valor, os servidores do Judiciário do Maranhão têm direito ao auxílio-alimentação, atualmente no valor R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Os candidatos inscritos estão convocados a enviarem os títulos e os respectivos documentos comprobatórios, conforme especificações do Capítulo 12 do Edital de Abertura de Inscrições, no período de 09 a 11/10/2019, e somente serão avaliados os títulos dos candidatos habilitados na Prova Discursiva - Estudo de Caso e na Prova Discursiva - Redação, conforme Capítulos 10 e 11, do referido Edital.

Todas as informações oficiais sobre o concurso estão sendo publicadas no site da instituição realizadora do concurso, Fundação Carlos Chagas - www.concursosfcc.com.br.